

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso e locação de software de gestão pública na arquitetura Web, em um ambiente multiusuário, "integrado", "on-line", permitindo o compartilhamento de arquivos de dados e informações de uso comum e hospedado em nuvem.

A empresa contratada deve realizar a implantação, migração de dados, treinamento, aperfeiçoamento, parametrização, suporte técnico, manutenção e atualizações legais, preventiva, corretiva, adaptativa, evolutiva dos sistemas implantados, bem como a integração com outros sistemas, tais como o sistema de contabilidade SIAFIC.

Araraquara, 20 de Janeiro 2025

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
20/01/2025	1.0	Finalização da primeira versão do documento	David Wilian Quitério
	2.0	Revisão do documento.	José Luiz Ferreira Cunha

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso e locação de software de gestão pública na arquitetura Web, em um ambiente multiusuário, "integrado", "on-line", permitindo o compartilhamento de arquivos de dados e informações de uso comum e hospedado em nuvem.

A empresa contratada deve realizar a implantação, migração de dados, treinamento, aperfeiçoamento, parametrização, suporte técnico, manutenção e atualizações legais, preventiva, corretiva, adaptativa, evolutiva dos sistemas implantados, bem como a integração com outros sistemas, tais como o sistema de contabilidade SIAFIC.

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O uso de software para gestão pública é capaz de automatizar vários procedimentos inerentes a área de atuação dos gestores e servidores, reduzindo erros e o retrabalho, além do dispêndio de tempo e recursos humanos, permitindo melhores resultados, aumento de receitas e a diminuição de custos operacionais, de forma mais eficiente e menos burocrática. Deste modo, a contratação de sistemas informatizados para Gestão Pública proporcionará a geração de informações fidedignas, de forma ágil e atualizada, e por conseguinte, obter-se-á transparência de atos e processos da administração e a ampliação das capacidades de planejamento, gestão e tomada de decisões.

O software de gestão deve possuir os seguintes módulos: Administração de Patrimônio, Gestão de documentos (Protocolo), Gestão de Frotas, Sistema de Folha de Pagamento, Módulo de Avaliação de Desempenho, Sistema de Compras, Licitações e Contratos, Sistema de Administração de Materiais, Sistema de Pregão

Eletrônico, Sistema de Peticionamento Eletrônico, Portal da Transparência e Lei de Acesso a informação.

O software de gestão pública deve ter arquitetura Web, ambiente multiusuário, "integrado", "on-line", permitindo o compartilhamento de arquivos de dados e informações de uso comum e armazenamento em nuvem, com a utilização de datacenter (próprio ou de terceiros).

No armazenamento em nuvem, o espaço físico do data center está alocado em outro ambiente, e os usuários conseguem acessar o software locado e suas informações através da Internet, não necessitando então do centro de processamento de dados local para o uso do sistema de gestão. Essa modalidade de armazenamento apresenta algumas características:

- a) acessibilidade do sistema e dos dados, conseguindo utilizar o sistema com plena performance de qualquer lugar, através da internet;
- b) redução de custos de TI, sem necessidade de compra de hardware para centros de processamento de dados locais, ou manutenção de maior equipe técnica especializada para sua manutenção;
- c) flexibilidade na contratação de mais processamento ou armazenamento (espaços escaláveis), aproveitando conceitos de economia de escala;
- d) Não necessita de espaço físico na administração, e nem climatizadores e geradores para a manutenção do sistema, proporcionando a redução de custos à administração;
- e) Não necessita de pessoal técnico adequado para manutenção;
- f) Erradicação de riscos relacionados a perda de dados oriundos de intempéries climáticas ou sinistros em geral, e maior resiliência contra ataques na segurança de dados.

A empresa contratada deve realizar a implantação, migração de dados, treinamento, aperfeiçoamento, parametrização, suporte técnico,

manutenção e atualizações legais, preventiva, corretiva, adaptativa, evolutiva dos sistemas implantados, bem como a integração com outros sistemas, tais como o sistema de contabilidade SIAFIC (Decreto nº 10.540/2020).

Os bens e serviços são considerados:

“comuns” pois se enquadram-se na classificação nos termos do inciso XIII do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto a ser licitado, pelas suas características e com bases nas justificativas acima mencionadas, possui NÃO POSSUI NATUREZA CONTINUADA, NÃO HAVENDO NECESSIDADE DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL PARA ALÉM DA VIGÊNCIA COMUM, CONFORME PREVISTO NA LEI Nº 14.133/2021.

Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado existem requisitos mínimo para sua satisfação, tais como:

- A licitante vencedora deverá disponibilizar software com tecnologia web, 24 horas por dia, para atendimento de solicitações de manutenção e desenvolvimentos nos sistemas e módulos.
- A solução a ser escolhida deve ainda possibilitar acesso ilimitado de usuários, permitindo acesso por demanda, altamente configurável, onde os recursos possam ser alterados a qualquer momento conforme solicitado pela demanda da contratante.
- A licitante a ser contratada fornecerá a hospedagem em data center de alta performance e segurança, disponível em regime ininterrupto, certificado contra riscos de ataques de negação de serviços e roubo/sequestro de dados, visando a eliminação de custos diretos e indiretos com manutenção de infraestrutura de hardware própria, que seria necessária para suportar servidores de bancos de dados e servidores de aplicações.

- Em virtude do fato que a licitante contratada ficará responsável por armazenar todos os dados e deste modo deverá adotar métodos de proteção, assegurando a mais completa e absoluta segurança do armazenamento de dados em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).
- A contratada deve assegurar backup diário da base de dados e adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação.
- O prazo para implantação e operacionalização dos sistemas pela licitante vencedora será até o dia 01/08/2025. Nesta data todos os sistemas deverão estar convertidos, testados, implantados e os usuários treinados e aptos a operá-los.

O serviço solicitado neste estudo não possui natureza continuada, sendo sua implantação realizada conforme cronograma especificado em termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Os sistemas de Gestão Pública Integrada devem ser desenvolvidos na arquitetura Web, com interface gráfica em ambiente Windows, constituir um ambiente multiusuário, "integrado", "on-line", permitindo o compartilhamento de arquivos de dados e informações de uso comum e com as aplicações e banco de dados relacional hospedados em nuvem, sendo a base de dados de propriedade do contratante.

O software de gestão deve possuir os seguintes módulos: Administração de Patrimônio, Gestão de documentos (Protocolo), Gestão de Frotas, Sistema de Folha de Pagamento, Módulo de Avaliação de Desempenho, Sistema de Compras, Licitações e Contratos, Sistema de Administração de Materiais, Sistema de Pregão Eletrônico, Sistema de Peticionamento Eletrônico, Portal da Transparência e Lei de Acesso à informação.

O prazo para implantação e operacionalização dos sistemas pela licitante vencedora será até o dia 01/08/2025. Nesta data todos os sistemas deverão estar convertidos, testados, implantados e os usuários treinados e aptos a operá-los.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

- A solução a ser escolhida deve ainda possibilitar acesso ilimitado de usuários, permitindo acesso por demanda, altamente configurável, onde os recursos possam ser alterados a qualquer momento conforme solicitado pela demanda da contratante.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Com base na pesquisa realizada no Painel de Preços, verificou-se que o valor estimado da referida contratação é de R\$ 1.031.042,64 por dois anos.

6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

Em regra, conforme § 2º do art. 40 da Lei n. 14.133/2021, os serviços/compra deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

7. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

8. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais.

9. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO



Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação do software de gestão pública com arquitetura Web e armazenamento em nuvem, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária, afim de atender as necessidades do DAAE e de acordo com os princípios da economicidade, viabilidade e razoabilidade.

Araraquara, 20 de Janeiro de 2025

David Wilian Quitério
Chefe da Subdivisão de
Desenvolvimento, Infraestrutura e
Suporte

José Luiz Ferreira Cunha
Chefe da Divisão de Tecnologia da
Informação